

EXPERIÊNCIAS DE RACISMO EM CRIANÇAS: O QUE ACONTECE NO COTIDIANO ESCOLAR?

Ueliton Santos Moreira-Primo¹

Dalila Xavier de França²

Resumo: Este artigo teve como objetivo analisar relatos de experiências de racismo na escola e as consequências dessas experiências na vida das crianças. Realizamos entrevistas individuais com crianças negras residentes de duas cidades do interior do semiárido da Bahia, no Nordeste do Brasil. Para aferir as experiências de racismo, apresentamos uma história de discriminação racial à criança e, em seguida, perguntamos se uma situação igual ou parecida já aconteceu com ela ou com alguém próximo a ela. Os resultados mostram que o racismo é um fenômeno fortemente presente na infância, expressando-se, por vezes, pela exclusão, rejeição e por discriminações verbais e físicas. Como consequência, as crianças negras relatam tristeza, medo, raiva e vergonha, demonstrando que o racismo impacta o bem-estar emocional, psicológico, físico e social das crianças vítimas, além de impedir o desenvolvimento da identidade e do autoconceito positivo. Verifica-se, ainda, que a escola continua sendo um dos principais lugares onde a difusão do racismo e diversas manifestações de discriminações acontecem, gerando impactos na vida educacional das crianças. Concluímos defendendo que medidas antirracistas sejam urgentemente empreendidas na escola, para tal, fazemos algumas considerações sugerindo como a comunidade escolar deveria se envolver nessa forma de educação.

Palavras-chave: Racismo. Escola. Criança.

RACISM EXPERIENCES IN CHILDREN: WHAT HAPPENS IN SCHOOL DAILY?

Abstract: This article aimed to analyze reports of experiences of racism in school and the consequences of these experiences on children's lives. We conducted individual interviews with black children living in two cities in the interior of the semiarid state of Bahia, in northeastern Brazil. To gauge the experiences of racism, we present a story of racial discrimination to the child and then ask if an equal or similar situation has ever happened to her or anyone close to her. The results show that racism is a phenomenon strongly present in childhood, sometimes expressed by exclusion, rejection and verbal and physical discrimination. As a result, black children report sadness, fear, anger and shame, demonstrating that racism impacts children's emotional, psychological, physical and social well-being, in addition to impeding the development of identity and positive self-concept. It is also noted that the school remains one of the main places where the spread of racism and various manifestations of discrimination occur, generating impacts on children's educational life. We conclude by advocating that anti-racist measures be urgently undertaken at school, to this end, we make some considerations suggesting how the school community should engage in this form of education.

Keywords: Racism. School. Children.

¹ Mestrando em Psicologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Bolsista da CAPES.

² Professora Titular do Departamento e Núcleo de Pós-graduação em Psicologia da UFS.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, o racismo é um fenômeno estrutural que marca toda a sociedade e é responsável por produzir desigualdade social (ALMEIDA, 2018). Munanga (2004) define o racismo como sendo uma ideologia baseada na falsa crença da existência de diferentes raças humanas. Para Lima e Vala (2004a), o racismo é responsável por produzir na sociedade hierarquias entre os grupos racializados, dos quais destacam-se os brancos e os negros. Sendo que, na prática, esse fenômeno faz com que a sociedade se organize de forma a privilegiar os brancos, e a excluir e discriminar os negros.

Na extensa literatura sobre a origem do comportamento racista, encontra-se o argumento de que o racismo não é algo inato, e sim aprendido conforme o sujeito se insere na sociedade, por meio dos processos de interiorização das normas, do contato com a cultura e meio social (ABOUD, 1988; ALLPORT, 1954; FRANÇA, 2013). Tal aprendizagem advém da longa trajetória de socialização que se inicia na família, na vizinhança, nos círculos de pares e amigos e se prolonga até a inserção em instituições sociais, como a escola, igreja, mídia etc. (PEREIRA et al., 2015).

Estudos observam que a infância é um período bastante saliente na aprendizagem e reprodução do racismo (Da COSTA-SILVA; FRANÇA, 2016; FRANÇA, 2013). Isso porque, o comportamento das crianças, na primeira infância, é baseado, sobretudo, no aprendizado e reprodução dos conjuntos de valores, normas, regras e crenças dos familiares e dos adultos que as cercam (PEREIRA et al., 2015). É certo, no entanto, que as atitudes e comportamentos sociais das crianças não serão obrigatoriamente cópias das atitudes e comportamentos de seus mediadores, como enfatiza Cavalleiro (1999). Contudo, a identificação com o seu meio e com figuras importantes contribui na interiorização das concepções e na forma que a criança enxerga e lida com o mundo a sua volta. Ou seja, a aprendizagem que se dá pela transmissão de significados do mundo, através da socialização da criança, no contato com o meio social, tem forte contribuição na aprendizagem e manifestação, por parte da criança, do racismo e de outros preconceitos (Da COSTA-SILVA; FRANÇA, 2016).

Em seu conceito mais amplo, a socialização é um processo longitudinal de aprendizado de códigos, normas, processos, símbolos e diversos outros elementos que possibilitam a inserção do indivíduo na sociedade. A socialização é definida como um processo ontogenético de transmissão dos códigos culturais de um grupo social aos indivíduos que dele fazem parte (BERGER; LUKMANN, 2004). Com a ampla e consistente

introdução de um indivíduo numa sociedade ou num setor dela, a socialização permite apresentar e tornar significável o mundo social aos indivíduos que, por sua vez, interagem à medida que interiorizam as informações recebidas.

Nesse início de vida, a família e a escola serão os mediadores primordiais. Segundo Berger e Lukmann (2004), o processo de socialização acontece em dois níveis: a socialização primária e a socialização secundária. “A socialização primária é a primeira socialização que o indivíduo experimenta na infância, e em virtude da qual torna-se membro da sociedade” (p. 175). Neste tipo de socialização, estão presentes os primeiros contatos do indivíduo. A família é exemplo central desses primeiros laços, os primeiros comportamentos, o primeiro contato, as transmissões de afetos e da linguagem que a criança ainda bebê experimenta são na família. No nível secundário, a socialização “é qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade” (p. 175). A escola, por exemplo, é uma das instituições que vai produzir grandes vivências de socialização secundária.

No que se refere ao racismo, na análise de Cavalleiro (2005), a escola é reprodutora e difusora do racismo através de transmissões diretas e indiretas da cultura, das crenças, dos valores e dos status sociais dos grupos étnico-raciais. Para a autora, na escola são compartilhadas mensagens que dão ao negro e ao branco posições frequentemente desiguais, colocando, quase sempre, o negro como inferior. Nesse processo, as crianças vão aprendendo sobre essas posições e possivelmente começam a internalizar quais os lugares que os grupos dos brancos e dos negros ocupam nesse espaço, que também reflete a sociedade fora dele.

Segundo Munanga (2005), a escola é uma das principais instituições responsáveis pela aprendizagem do racismo e também pela sua manifestação. É comum, segundo o autor, que a representação que a escola faz da população negra, nos murais, no pátio, nos desenhos e nas atividades, seja marcada pela estereotipia e caricatura, se resumindo, quase sempre, à escravização dessa população.

Oliveira (2017) argumenta que a escola autoriza e legitima o racismo contra os negros, quando torna as crianças negras invisíveis e as suas demandas como algo inexistente. Para a autora, mesmo presente no espaço escolar, essa instituição não tem se preocupado com o fato da população negra ser vítima de racismo, fora e dentro das escolas, a questão racial ainda tem sido percebida como algo que é pouco ou nada importante.

Como efeito, os processos discriminatórios e de violência têm se intensificando cada vez mais no cotidiano escolar.

Quando medidas visando superar o racismo na escola não são implementadas, situações de racismo tornam-se cada vez mais comuns. A realidade atual mostra que no Brasil pouco se faz para superar o racismo nas escolas. Mesmo com suas graves consequências, o racismo ainda não recebe a devida atenção. Pelo contrário, é possível perceber que as escolas ainda têm contribuído sistematicamente para a sua permanência, que decorre, muitas das vezes, pela própria manifestação de atitudes discriminatórias ou pela negação e silêncio sobre sua existência (CAVALLEIRO, 2005). Como resultado, crianças e jovens negros se tornam constantemente alvos de sua manifestação.

É importante destacar que os processos de aprendizagem e manifestação do racismo não ocorrem apenas na escola, mas também na família, na mídia, nas ruas, praças, clubes e em tantos outros espaços e instituições sociais. No entanto, a literatura tem observado que a escola tem tido forte responsabilidade na difusão de valores, crenças, comportamentos e atitudes de hostilidade em relação ao grupo negro (CAVALLEIRO, 1999; FRANÇA, 2013). Isso tem feito com que a escola se torne um dos principais espaços onde diversas manifestações de racismo e discriminação acontecem.

À medida que as crianças são expostas a experiências de racismo e discriminação, elas se tornam suscetíveis a consequências muito preocupantes. Estudos mostram que crianças e jovens de grupos minoritários, que mais frequentemente experimentam discriminação racial, apresentam mais sintomas de depressão (PACHTER et al., 2010) e solidão (PRIEST et al., 2014). Outros estudos mostram que os efeitos nocivos do racismo na escola afetam o desempenho escolar (CARVALHO, 2005), levam a evasão, repetência e atraso escolar (CHAGAS; FRANÇA, 2010). Para Chagas e França (2010), o percurso tortuoso que vivenciam as crianças negras, marcado por experiências de racismo e discriminação, gera descrédito em relação a si, um sentimento de incapacidade e desvalorização que influencia o modo como ela se posiciona nas diferentes situações de ensino ao decorrer dos anos, cooperando para uma trajetória escolar mais longa e acidentada do que a das crianças brancas.

O racismo na escola também atinge a construção da identidade racial das crianças negras de forma muito preocupante. França e Monteiro (2002) afirmam que em contextos racistas o desenvolvimento da identidade racial de crianças negras é menos positivo do que o das crianças brancas, de modo que muitas crianças negras não gostam de ser como

são e se pudessem seriam diferentes. Tajfel (1978) define identidade como sendo uma parcela do autoconceito da criança que deriva do conhecimento da sua pertença a certo grupo étnico-racial, juntamente com o reconhecimento da significação emocional e valorativa da sua pertença. Para o autor, a identidade é parte importante da construção da autoestima dos indivíduos. No entanto, quando um grupo é desvalorizado socialmente, como acontece com cidadãos negros no Brasil, devido à existência do racismo, isto acaba por impactar negativamente a construção da identidade dos seus membros, fenômeno que faz com que crianças negras adotem uma tendência de construírem um autoconceito negativo e a desenvolverem baixa autoestima.

O estudo de Cavalleiro (1999) já observava que a escola se mostrava como um contexto bastante perverso na construção da identidade das crianças negras. Segundo a autora, quando o espaço escolar reproduz a ideologia do racismo, as crianças negras internalizam conteúdos que contribuem de forma negativa para a construção de sua identidade e autoconceito. Em seu estudo, a autora identificou que tal problema surgia porque as crianças negras vivenciavam um espaço que as discriminavam, tornavam-se alvos de seus colegas brancos, por apelidos e palavras depreciativas, e eram excluídas também por parte de seus professores, que se omitiam diante das situações de racismo e discriminação. A autora afirma que as experiências vividas na escola, marcadas por racismo, contribuem para condicionar as crianças negras ao fracasso, à submissão e ao medo. Simultaneamente, a criança branca é levada pela escola a cristalizar um sentimento de superioridade, visto que, diariamente, recebe legitimação dessa premissa.

Com base no exposto, este artigo teve como objetivo analisar relatos de experiências de racismo em crianças no contexto da escola e as consequências dessas experiências na vida das crianças. Afinal, o que acontece no cotidiano escolar? O que acontece nas salas de aula e nos pátios das escolas? Situações de racismo contra crianças negras continuam acontecendo em espaços escolares? Como acontecem? Quais as consequências dessas experiências na vida de crianças tão pequenas? O que elas sentem? Vejamos o que algumas crianças negras têm a dizer.

2 MÉTODO

Este estudo é resultado de uma pesquisa mais ampla, fruto de uma dissertação de mestrado em Psicologia pela Universidade Federal de Sergipe, que investigou as consequências das experiências de racismo no desenvolvimento da identidade étnico-racial

em crianças de 6 (seis) a 11 (onze) anos. Neste artigo analisamos falas de 10 (dez) crianças negras, estudantes de três escolas da rede pública de ensino, localizadas em duas cidades do interior do semiárido da Bahia, no Nordeste do Brasil.

Inicialmente a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFS e registrada na Plataforma Brasil, seguindo os procedimentos das normas estabelecidas pela Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Com a aprovação do Comitê de Ética, realizou-se os contatos e solicitou-se a permissão da escola e dos pais para realização do estudo. Após o consentimento dos pais e da escola, convidou-se as crianças a participar das entrevistas, a quem era explicado que a participação era voluntária e que poderiam se recusar a participar da pesquisa ou interromper a sua participação a qualquer momento e que o sigilo das respostas era assegurado. As crianças foram entrevistadas em suas próprias escolas, individualmente, em uma sala reservada para a pesquisa. As entrevistas foram gravadas e tiveram, em média, duração de 20 (vinte) minutos.

Antes que iniciasse a aplicação, o entrevistador julgava a cor da pele da criança a partir de suas próprias impressões (heteroclassificação). As crianças também se autoclassificavam. Fotografias de quatro crianças, duas brancas (masculino e feminino) e duas negras (masculino e feminino), previamente testadas por França e Monteiro (2002), foram utilizadas para a autoclassificação das crianças. Para entrevistados do sexo masculino, apresentavam-se fotografias de meninos, e para entrevistadas do sexo feminino, fotografias de meninas. Foi perguntado para a criança: "qual desses se parece mais com você?". A resposta era em termos da escolha da fotografia de uma criança do grupo racial igual ao da criança entrevistada. Todas as 10 (dez) crianças deste estudo escolheram a fotografia da criança de acordo com o seu grupo racial. Isto é, as 10 (dez) crianças negras disseram que a criança negra parecia mais com ela. A heteroclassificação, feita pelo entrevistador, e a autoclassificação, feita pela própria criança, confirmam que as crianças categorizadas como negras, neste estudo, de fato correspondem ao seu grupo racial.

A entrevista iniciava com o entrevistador dizendo para a criança que lhe contaria uma história e que precisava de sua ajuda para entender o que estava acontecendo com os personagens da história. O entrevistador dava a seguinte instrução para a criança participante:

Para as meninas:

“Eu gostaria de te contar uma historinha... você gostaria de ouvir a história da menina Beatriz? Então vou te contar!”

Para os meninos:

“Eu gostaria de te contar uma historinha... você gostaria de ouvir a história do menino Pedrinho? Então vou te contar!”

Para verificar as experiências de racismo das crianças entrevistadas, o entrevistador utilizava-se de uma história de racismo contra uma criança negra. A história era contada para cada criança com o objetivo posterior de verificar se elas já passaram por uma situação igual, semelhante ou de outra natureza. Antes da aplicação, uma avaliação da história foi feita por 10 (dez) juízes adultos (três estudantes de graduação em Psicologia, quatro estudantes de mestrado em Psicologia e três estudantes de doutorado em Psicologia), houve um consenso de 100% dos juízes adultos de que a história tratava de uma experiência de racismo. Para verificar se o conteúdo da história era de fácil entendimento pelas crianças, fizemos um pré-teste com 20 (vinte) crianças, conforme as idades da amostra, e nenhuma das crianças apresentou dificuldade de entendimento sobre a história. Assim, demos continuidade às entrevistas contando a seguinte história:

Para as meninas:

“Beatriz é uma criança que gosta muito de brincar. Beatriz vai para a escola. Beatriz tem alguns amigos e amigas na escola. Em um certo dia, Beatriz estava brincando na escola quando uma menina chamada Clara disse que não era pra ela brincar ali porque ela era feia, tinha um cabelo feio e tinha uma cor feia. Beatriz não sabe porque a Clara falou aquelas coisas com ela.

Vamos ajudar a Beatriz a descobrir porque a Clara falou essas coisas com ela?”

Para os meninos:

“Pedrinho é uma criança que gosta muito de brincar. Pedrinho vai para a escola. Pedrinho tem alguns amigos e amigas na escola. Em um certo dia, Pedrinho estava brincando na escola quando um menino chamado Felipe disse que não era pra ele brincar ali porque ele era feio, tinha um cabelo feio e tinha uma cor feia. Pedrinho não sabe porque o Felipe falou aquelas coisas com ele.

Vamos ajudar o Pedrinho a descobrir porque o Felipe falou essas coisas com ele?”

À frente da criança, ficavam duas fotografias de acordo com o gênero e cor de pele das personagens. Para as meninas, a personagem de Beatriz era apresentada com uma fotografia de uma criança negra e a personagem de Clara era apresentada com uma fotografia de uma criança branca. Para os meninos, Pedrinho era apresentado com uma

fotografia de uma criança negra e Felipe era apresentado com uma fotografia de uma criança branca. Outro nome era dado aos personagens da história no caso de coincidência como o nome da criança entrevistada.

As experiências de racismo das crianças entrevistadas foram aferidas através das perguntas: “Você já viu uma situação como essa da história acontecer com alguém que você conhece? Como você se sentiu / como você ficou? Uma situação como a da história ou parecida já aconteceu com você? Como você se sentiu / como você ficou?”. Vejamos agora algumas de suas respostas.

3 EXPERIÊNCIAS DE RACISMO: O COTIDIANO ESCOLAR

Imagine o sofrimento de uma criança que vai dormir pensando naquele dia tão doloroso que ela passou na escola. Como dorme essa criança? No outro dia ela acorda, põe o uniforme da escola e, enquanto se prepara, pensa: “mais um dia em que terei que suportar aquele menino me chamando de macaco; mais um dia em que terei que ficar o recreio inteiro sozinho porque ninguém gosta de brincar e ficar comigo; mais um dia de tristeza em minha vida; mais um dia que a minha professora não vai me proteger daquela menina que diz que sou feia e que meu cabelo é ruim”. Essa é a sensação descrita por algumas crianças vítimas de racismo que entrevistamos³:

“- Na escola, as outras crianças ficam falando que a minha cor é feia. Os meninos ficam mangando da minha cor. Eu me sinto triste.” (Bruno, 8 anos, negro)

“- Na escola uma menina me chamou de macaca, me senti triste e com medo...” (Cecília, 10 anos, negra)

“- Na minha escola os meninos me xingam de macaco, me xingam de todo tipo, de preto. Quando eu vou dizer à diretora eles falam que é mentira. No recreio me xingam de todo nome, eu digo para a professora, mas ela não liga. Eu me sinto muito mal.” (Marcos, 9 anos, negro)

“- As outras crianças aqui na escola falam que não gosta de mim porque sou preta. Também me colocam apelidos porque sou gorda, me chamam de baleia gorda, saco de areia. Me sinto triste.” (Ana, 7 anos, negra)

“- Um menino na escola faz bullying comigo. Ele me xinga de preto. Eu me sinto constrangido, a sala inteira olhando pra mim.” (Carlos, 11 anos, negro)

“- Um dia eu entrei na escola, aí eu sentei na minha cadeira e tinha outra menina bem de frente pra mim, ela me olhava e falava um monte de coisa pra mim, ela disse: “deixe essa Urubu sentar sozinha”. Eu me senti tão triste.” (Maria, 11 anos, negra)

³ Foram utilizados nomes fictícios para resguardar o direito ao sigilo das crianças.

Essas falas, que aparecem com frequência nos relatos das crianças, nos revelam que a escola ainda é um dos os principais lugares onde ocorrem perversas situações de racismo e discriminação racial. Os xingamentos feitos pelas crianças brancas às crianças negras ainda não são tratados conforme a gravidade e atenção que merecem, e isso mostra as limitações da escola para lidar com os conflitos raciais que vivem as crianças. Quando Marcos fala que, quando ele é chamado de macaco, a professora não liga, esse comportamento da professora pode estar associado ao silêncio sobre raça e racismo, mencionado por Cavalleiro (2005). A nível internacional, estudiosos denominam esse comportamento de “color blind” (BONILLA-SILVA, 2014), que consiste em ignorar que as diferenças raciais exercem impactos nas relações entre os indivíduos. Tal comportamento também pode ser explicado por via dos achados dos estudos de Santos (2014), que verificou que professores concebem que na escola não há racismo ou que esse não é assunto para ser debatido na escola, negando sua existência ou influência no ambiente escolar.

É um equívoco por parte da escola não tratar as questões raciais no seu dia a dia, dado que são questões que se revelam tão urgentes e são, como evidenciam os relatos das crianças, geradoras de sofrimento. Os relatos das crianças mostram que as experiências de racismo e discriminação estão gerando nelas sentimentos negativos. Bruno, em seu relato, diz que sente tristeza quando as outras crianças falam que a cor dele é feia, assim como Cecilia que, ao ser chamada de macaca por outra criança, também diz se sentir triste e com medo. Quando a escola se omite diante de situações como essas ela passa a legitimar a existência dos conflitos étnico-raciais nesse espaço, e esses conflitos são tão reais quanto perigosos para o bem-estar das crianças. Estas que, cotidianamente, vivenciam fortes emoções negativas na escola, em razão de situações de racismo e discriminações. Sentem-se mal, como relatou Marcos; constrangido e com vergonha, como relatou Carlos; triste, como relataram Bruno, Maria e Beatriz e com medo, como relatou Cecilia.

Como afirmou Cavalleiro (1999), ao serem expostas a tais situações, as crianças negras experimentam sentimentos de medo, dor e impotência. A autora aponta ainda a construção de uma baixa autoestima e um autoconceito negativo, tanto em relação à capacidade de aprender como no que se refere às suas características físicas. Para a autora, experiências de racismo marcam a vida de crianças negras, que, por vezes, desenvolvem o desejo de mudar o próprio corpo e a pertencer ao grupo branco.

Quando se diz "você é feio!", "sua cor é feia!" "você é preto!" "você parece um macaco!" "você parece um urubu!" todo um conjunto de sentimentos é ativado nas crianças negras. Quando, por exemplo, se chama uma criança negra de "urubu" e de "macaco" é dada a essa criança uma representação de um animal, é tirada dela a imagem de uma pessoa e ela passa a ser caracterizada como um animal, em uma forma de infrahumanização, conforme Lima e Vala (2004b). Estes autores afirmam que a infrahumanização resulta da negação e do distanciamento, por parte do grupo dos brancos a membros do grupo dos negros, de determinadas características tipicamente humanas, consistindo na avaliação de aproximação dos negros a características de animais.

Agora imagine a dor de uma criança quando é comparada a algo que é socialmente desvalorizado. O urubu, para a sociedade, remete à carniça, lixo, mau cheiro. As consequências dessas experiências de racismo podem ser devastadoras. O racismo causa dor nessas crianças, uma dor, sobretudo, psicológica e que tem contribuído para que as crianças adotem sentimentos negativos em relação a sua própria cor e identidade (FRANÇA; MONTEIRO, 2002). Vejamos outros relatos:

"- Eu gosto pouco da minha cor, porque ficam me chamando de feia. Todo mundo aqui da sala fica dizendo que a cor branca é mais bonita, falam que eu sou feia e que pessoas da minha cor são feias. Me sinto triste." (Paulinha, 8 anos, negra)

"- Eu gosto mais ou menos de minha cor. Porque tem vez que tem gente que fica colocando apelido e me xingando de preta, fazendo bullying, mas não pode. Na escola, uma menina branca disse que eu era preta e que eu era feia e uns meninos já puxou o meu cabelo. Eles sempre puxavam o meu cabelo, um dia minha mãe cortou bem baixinho porque eu pedi. Mas eles continuavam rindo e mexendo. E quando fui pra escola, pra festa de encerramento, minha professora nem me reconheceu, achou que eu era um homem. Ela disse que eu tava diferente, porque eu tinha cortado o cabelo. E os meninos mangando, dizendo que eu era um homem. Foi um dia bem ruim. Era a festinha da escola, eu senti que não era pra tá ali." (Cleide, 9 anos, negra)

Os relatos acima evidenciam que o racismo no Brasil impede o desenvolvimento de uma identidade positiva das crianças negras, fazendo com que elas não gostem de si mesmas, da cor de sua pele, dos seus cabelos e dos seus traços. O racismo nega às crianças negras o direito à felicidade, à dignidade e ao bem-estar psicológico e emocional. Como afirma Gomes (2005), é um grande desafio para as crianças negras construir uma identidade positiva em meio a uma sociedade que, historicamente, desvaloriza a população

negra. Essas crianças, desde muito cedo, sofrem com a constante desvalorização social e com as atribuições de características negativas a elas e ao seu grupo.

Na perspectiva de Gomes (2002a), a escola é uma das principais instituições que interferem na formação da identidade negra, quer positivamente, através da valorização das diferenças e identidade (ao ressaltar a real importância do negro para a sociedade), ou negativamente, através da perpetuação e reiteração de preconceitos e estereótipos (levando a processos de exclusão e discriminação).

A exemplo disso, vale destacar a fala de Cleide, uma menina negra, de 9 anos, que, não aguentando mais as situações de discriminações em sua escola, se viu obrigada a cortar o seu cabelo, acreditando que poderia estar livre de todo tormento que vivia na escola. No entanto, Cleide foi mais uma vez surpreendida pelas atitudes discriminatórias por parte das outras crianças brancas, que não a deixaram em paz e continuaram lhe causando agressões físicas, verbais e psicológicas. Cleide fala que naquele dia, festa de encerramento do ano letivo, foi um dia bem ruim, que sentiu que aquele espaço não era lugar para ela. Cleide é uma criança de 9 anos que queria apenas se divertir no seu último dia letivo. Era o dia em que ela tinha esperança que tudo fosse ficar bem e que não teria, mais uma vez, que passar por tanta humilhação, violência e sofrimento (físico, emocional, psicológico). Gomes (2002b) afirma que o racismo sofrido pelas crianças negras, em decorrência dos seus cabelos crespos, pode levar a sentimentos de rejeição e de negação ao seu pertencimento racial. Segundo a autora, a escola é o principal lugar onde crianças negras são vítimas de piadas e apelidos pejorativos. Alguns se referem ao cabelo como: “cabelo ruim”, “ninho de guacho”, “cabelo de bombрил”, “nega do cabelo duro”! Apelidos que expressam que o tipo de cabelo do negro é visto como símbolo de inferioridade.

De igual modo, as experiências de racismo e discriminação têm efeitos sobre o comportamento, a autoestima e a percepção de si mesmas e das relações raciais nas crianças, levando-as a perceber o ambiente social como hostil. Por exemplo, a criança negra pode desenvolver sentimentos negativos em relação ao próprio ambiente escolar, podendo sentir que ela não é aceita naquele espaço e que sua presença ali incomoda, ao perceber que os atos racistas são ignorados e às vezes legitimados (CAVALLEIRO, 2005). Como consequência, a criança pode se sentir indefesa, as experiências de racismo podem imobilizá-la, e, por vezes, fazê-la acreditar que o racismo é um problema sem solução. Em virtude disso, as crianças desenvolvem o que Freire (2014) chama de uma “falsa consciência” sobre raça e racismo nas escolas e na sociedade, levando-as a crerem que o

racismo não é uma preocupação relevante à sociedade e assim acreditando que nenhuma ação social será direcionada à reparação.

Nesse cenário, estudos internacionais relacionam a queda de rendimento e problemas de comportamentos com a discriminação sofrida e com a falta de diálogo sobre raça e racismo na escola (HUGLES et al., 2006). Por exemplo, Constantine e Blackmond (2002) sugerem que escolas com valores culturais predominantemente eurocêntricos prejudicam a autoeficácia acadêmica de jovens negros e o desenvolvimento da identidade racial, por promoverem percepções equivocadas dos negros como inferiores aos brancos. Nesse sentido, quando mensagens transmitidas sobre a negritude nas escolas reforçam o racismo, vidas de crianças e jovens negros estão sendo comprometidas.

Além das experiências próprias de racismo, perguntamos às crianças entrevistadas neste estudo se elas já presenciaram experiências de racismo contra outra pessoa que elas conheciam. Observamos que o fato da criança negra presenciar atitudes racistas acontecendo contra outra pessoa negra também leva a desfechos negativos para a saúde emocional e psicológica dela (ver PRIEST et al., 2014), mesmo que não seja ela a vítima direta do racismo. Sobre isso, a literatura tem definido como “racismo vicário” ouvir falar sobre ou ver a experiência de racismo de outra pessoa (MANSOURI; JENKINS, 2010; HARRELL, 2000), bem como dos cuidadores ou membros próximos da família que sofrem discriminação (PRIEST et al., 2012). Vejamos alguns relatos:

“- Meus irmãos são xingados na escola, xingam de tudo que é nome, preto, feio, macaco. Fico triste e com medo de baterem na gente” (Cecilia, 10 anos, negra).

“- Eu tinha uma colega na escola que era mais escura do que eu, aí tinham umas meninas que não gostavam de chegar perto dela porque ela era negra. Aquilo me deixava triste, porque ela era da mesma cor que eu e as pessoas ficavam humilhando ela por isso.” (Marta, 11 anos, negra).

“- Tem um menino que conheço que ele tem a minha cor, quando ele toma banho e passa pela areia o pé dele fica cheio de poeira, quando ele vinha da casa dele para a escola, porque ele mora num lugar de areia, aí o pé dele fica sujo, aí os meninos ficavam dizendo para ele que ele era preto e pobre que não tomava banho. Os meninos ficam chamando ele de lodrento, que não toma banho. Um dia ele queria brincar com os meninos e os meninos disseram que era pra ele sair, falaram “sai daqui seu bicho feio, lodrento”. E queriam bater nele, aí eu cheguei e disse “vocês não vão bater nele não!”, aí não bateram. Mas ficaram chamando ele de carvão... Eu ficava triste, e eu até falava: “porque vocês ficam xingando ele, se ele nunca te fez nada?”. Eu ficava triste que eles falavam da cor dele e que ele não tomava banho. Eu também já vi outros meninos sendo xingados, meu outro amigo é xingado de carvão e gago, porque ele é negro e tem problemas na voz.” (Mikael, 10 anos, negro)

“- Tem uma menina que, quando eu estudava com ela na escola, todo mundo chamava ela de urubu. Eu ficava com raiva, zangada, mal.” (Cleide, 9 anos, negra).

Observa-se nos relatos acima que o racismo vicário, assim como o direto (quando a própria criança é vítima), é potencialmente danoso à saúde emocional e psicológica das crianças negras, pois, ver outra pessoa do seu grupo de pertença étnico-racial sendo vítima de racismo, causa na criança sentimentos como medo, raiva, vergonha, tristeza; uma vez que a discriminação resulta de uma característica partilhada por elas, que pode ser a cor da pele, o cabelo, a estrutura facial etc. Por exemplo, a literatura demonstra que experiências de racismo vicário (bem como direto) têm sido associadas com maior expressão de raiva e sintomas depressivos entre adolescentes afro-americanos (STEVENSON; ARRINGTON, 2009), enquanto experiências de racismo dos pais (isto é, racismo vicário) têm sido associadas a sintomas depressivos na adolescência (FORD et al., 2013). Outros estudos mostram o efeito da experiência vicária de racismo no aumento da solidão em crianças e jovens, e problemas sócio emocionais em crianças, como lentidão nas interações verbais e dificuldades em se afirmar frente à autoridade (BÉCARES; NAZROO; KELLY, 2015; PRIEST et al., 2014). Esses resultados mostram que, tanto as experiências diretas de racismo, quanto as vicárias, são potencialmente prejudiciais para a saúde emocional e psicológica de crianças negras.

Os relatos das crianças também chamam atenção para o fato de que experiências de racismo na escola continuam sendo uma forte realidade, sendo o espaço escolar um dos principais cenários no qual crianças experimentam racismo e discriminação racial. Essa realidade ocorre em outros países, crianças australianas não brancas relataram que 67% das experiências de racismo vividas por elas ocorrem na escola (BÉCARES; NAZROO; KELLY, 2015). De modo que, enquanto as escolas não se perceberem efetivamente como responsáveis e assumirem o problema, junto com toda sociedade, o racismo continuará produzindo danos no cotidiano escolar de crianças negras.

Nessa perspectiva, é fundamental o empreendimento de intervenções visando os efeitos do racismo na escola, para que crianças tão pequenas não sejam vítimas dos seus efeitos nefastos. Considerando a existência real e nociva do racismo neste espaço, é necessário que as escolas empreendam urgentemente medidas antirracistas. Para tal, a seguir fazemos algumas considerações, sugerindo como a comunidade escolar deveria se envolver nessa forma de educação.

4 ANTIRRACISMO: A ESCOLA COMO UM LUGAR POSSÍVEL

Como vimos, o racismo é um fenômeno preocupante que ainda atinge fortemente o cotidiano escolar, tornando crianças negras vítimas de seus efeitos nocivos, os quais causam graves impactos do ponto de vista emocional, psicológico, físico e social. Devido a estes fatos, mais recentemente, é possível perceber um crescimento de investidas no país para a superação do racismo, virando pauta de debates e de políticas públicas, especialmente na criação de políticas educacionais, como se pode verificar nos novos Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação, através da Lei nº 10.639, que torna obrigatório o ensino de História da África e da Cultura Afro-Brasileira e Indígena em todo o currículo escolar. Contudo, este enfrentamento ainda tem se mostrado tímido diante das graves consequências produzidas pelo racismo na escola.

Sobre isso, em recente revisão de literatura sobre estratégias de enfrentamento do racismo em escolas brasileiras, Carvalho e França (2019) avaliam que poucas são as intervenções visando superar o racismo nesse ambiente. Além disso, os projetos visando reduzir o racismo na escola têm partido da iniciativa de pessoas isoladas (professores ou pesquisadores) e poucas escolas têm adotado tais práticas. Ou seja, apesar da confirmação de que o racismo é um problema cujos impactos causam danos psicológicos, físicos e sociais, pouco tem sido feito para reduzir seus efeitos em lugares tão importantes na vida de crianças, adolescentes e jovens, como é o espaço da escola.

Para a Organização das Nações Unidas (2014), a redução do racismo só se efetivará quando toda a sociedade perceber a sua parcela de responsabilidade na produção desse fenômeno. De modo que o antirracismo é responsabilidade de todos, podendo ser entendido como um conjunto de comportamentos, práticas e ações direcionadas em oposição ao racismo, visando o seu enfrentamento e superação. Segundo Husband (2012), o antirracismo na educação se baseia em e é motivado pela crítica e reconstrução do conhecimento. Para o autor, uma abordagem antirracista para a educação presume que as escolas existam como microcosmos da sociedade maior (onde o racismo existe e permeia cada instituição ali).

De acordo com essa suposição, praticantes do antirracismo reconhecem que a injustiça racial é uma realidade e é cotidianamente difundida através de ideologias formais e informais, políticas, práticas e textos implementados nas escolas. Assim, “a educação antirracista é baseada em crítica e reflexão intensivas (em relação às ideologias, políticas,

práticas e textos presentes na escola) como o primeiro passo necessário à identificação e resposta à injustiça racial nas escolas” (HUSBAND, 2012, p. 366).

Na construção de uma educação antirracista, é fundamental que os educadores sejam preparados para perceber as questões das relações étnico-raciais, cujo conhecimento permita refletir e problematizar sobre as relações baseadas em racismo, preconceitos e discriminações, o que são, quais as suas bases, origens, efeitos e de como se estruturam na sociedade e no próprio ambiente escolar. A construção de uma educação antirracista busca promover mudanças nos discursos, pensamentos, raciocínios, lógicas, gestos, posturas e no modo de tratar as pessoas negras baseado em ideologias racistas nesse espaço e fora dele (BRASIL, 2004).

Husband (2012) enfatiza que a implementação da educação antirracista deve começar pela examinação da injustiça racial nas perspectivas e informações das políticas escolares e do currículo. É necessário que o educador se questione: “Quando a criança negra chega à escola, o que ela aprende sobre sua raça, sobre si? Como ela se vê representada no currículo, nos livros didáticos, nos cartazes da escola? Como as questões das relações raciais aparecem em minha escola?”.

Após essa avaliação crítica do clima atual da sala de aula e de toda a escola em relação ao racismo pelo educador, é fundamental a criação de uma agenda, junto com outros educadores e com os próprios alunos, com o objetivo de criar uma atmosfera escolar que seja propícia ao ensino e à aprendizagem antirracista. O educador pode começar trabalhando a implementação da educação antirracista através de atividades cotidianas com os alunos e no envolvimento dos pais em ações contra a injustiça racial, como um meio de expor as relações de poder opressivas e dos seus desfechos entre indivíduos de diferentes grupos raciais (HUSBAND, 2012).

França (2017) argumenta que o professor é uma importante figura de identificação dentro da escola, e, em seu papel de socializador, espera-se que ele tenha a preocupação de promover a igualdade entre os alunos, considerando suas diferenças raciais, culturais, sexuais, religiosas, etc., evitando ser perpetuador de visões deturpadas e arraigadas sobre os grupos. Para a autora, medidas podem ser empreendidas visando à produção do antirracismo na escola, a exemplo de fornecer aos professores e alunos informações sobre as características culturais dos distintos grupos e sobre as bases dos preconceitos através do ato de contar histórias; ter atenção à implementação da Lei nº 10.639; elaborar ações

que atinjam toda a escola; adotar políticas educacionais e estratégias pedagógicas de valorização da diversidade.

Embora existam poucos trabalhos interventivos sobre o enfrentamento do racismo realizados em escolas por professores no Brasil (CARVALHO; FRANÇA, 2019), pode-se destacar o trabalho de Souza (2005) que evidencia como a adesão de uma escola a estratégias de enfrentamento do preconceito pode ser mobilizadora e efetiva na mudança e na superação da intolerância, bem como no fortalecimento da identidade e do autoconceito de crianças negras.

Outrossim, é fundamental que todo o corpo escolar seja sensível ao sofrimento causado pela discriminação enfrentada por crianças, adolescentes e jovens negros, que são vítimas, por vezes, de apelidos depreciativos e ridicularização dos seus traços físicos e textura de seus cabelos. É necessário ter sensibilidade e criar condições para que as crianças negras sejam aceitas e encorajadas a prosseguir seus estudos e estar presente no espaço da escola, que é lugar de todos (BRASIL, 2004).

Além disso, valendo-se do entendimento de que a escola é um importante agente de socialização, é fundamental que sejam difundidas mensagens para as crianças que valorizem o respeito, a tolerância e a confiança nos diferentes grupos raciais. Para isso, como afirma Cavalleiro (2006), é necessário a transmissão de significados que envolvam a promoção do respeito mútuo, o respeito ao outro, o reconhecimento das diferenças, a possibilidade de se falar sobre as diferenças sem medo, receio ou preconceito.

Para Bezerra, Santos e Fernandes (2018), um importante comportamento que pode ser estimulado nas crianças pelas escolas, a fim de enfraquecer o racismo, é a empatia. A empatia é um comportamento que pode tornar as crianças mais sensíveis, tanto em termos de sua compreensão social dos outros, bem como seus próprios comportamentos sociais. No caso de uma criança que pratica racismo, estimular a empatia pode possibilitar que ela se coloque no lugar da criança que é vítima dessas situações, refletir sobre as consequências do seu comportamento e refletir também acerca do seu próprio comportamento. Elas reiteram que no que se refere às relações raciais, estimular a empatia pode enfraquecer comportamento intolerantes e discriminatórios perante as diferenças raciais, visto que esse comportamento seria visto, por partes das crianças, como uma maneira de violação dos princípios morais que envolvem o bem-estar, igualdade e justiça.

Vale destacar que qualquer resposta educacional eficaz ao racismo deve ser pensada com cuidado, atenção e conduzida em profundidade, para evitar que um fenômeno

que é múltiplo e complexo escorregue pela superficialidade, por vezes, agravando ainda mais o problema (HUGHES et al., 2006). De igual modo, a educação antirracista requer um comprometimento contínuo, cujas ações não se limitem a datas comemorativas ou afirmativas, mas sim durante todos os momentos possíveis que surjam ou se prestem a discussões raciais.

Nesse sentido, empreender medidas visando à superação do racismo na escola pode evitar que crianças, como as que foram entrevistadas neste estudo, sejam vítimas desse fenômeno tão marcante e nocivo. Ações efetivas visando, por exemplo, à aproximação e o conhecimento dos diversos grupos, o respeito e à tolerância podem contribuir no fortalecimento da identidade racial das crianças negras e ajudar na diminuição de conflitos raciais que ainda existem no espaço escolar, repercutindo positivamente no contato entre as crianças (ALLPORT, 1954). Ademais, a implementação da educação antirracista no ambiente escolar contribui para que as crianças trabalhem em prol da justiça racial, bem como para as empoderar com ferramentas necessárias para identificar, resistir e responder ao racismo de modos construtivos (TATUM, 1992).

Uma razão final que se deve destacar para a implementação da educação antirracista nas escolas diz respeito ao fato de que propor espaços de criação, de reflexão e de conhecimento é importante na construção da autorreflexão crítica e ao desenvolvimento da consciência crítica (FREIRE, 2014) em relação a raça, ao racismo e aos problemas da sociedade mais ampla e dos seus desdobramentos no contexto da escola.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou analisar relatos de experiências de racismo na escola e as consequências dessas experiências na vida das crianças. Neste estudo, extraímos relatos de 10 (dez) crianças negras, que participaram de uma pesquisa mais ampla, fruto de uma dissertação de mestrado em Psicologia pela Universidade Federal de Sergipe. Verificamos que o cotidiano escolar dessas crianças ainda é marcado por graves experiências de racismo e diversas formas de discriminações, expressando-se, por vezes, pela exclusão, rejeição e discriminações verbais (por exemplo, xingamentos e apelidos) e físicas (por exemplo, bater na criança pelo fato dela ser negra ou puxar seus cabelos por ele ser crespo). Relatos de tristeza, medo, raiva e vergonha aparecem com frequência nas falas dos entrevistados ao significarem o que sentiram e sentem nesses momentos. Como

consequência, as crianças negras tendem a construir uma identidade e autoconceito negativo, fenômeno que faz com que muitas delas rejeitem os seus traços e o seu pertencimento racial e que contribuem para o desenvolvimento da baixa autoestima.

Este estudo demonstra que a escola continua sendo um dos principais lugares onde o racismo é difundido, o que gera impactos na vida educacional das crianças. Foi observado que as experiências de racismo na escola contribuem para que a criança negra desenvolva um sentimento de que o espaço escolar não é um lugar para ela, que a sua presença ali é um incômodo e que o racismo é um problema sem solução, uma vez que nada é feito para enfrentá-lo. Essa sensação pode fazer com que a criança não se sinta pertencente ao ambiente escolar, e que ninguém a ajudará ou que nenhum projeto antirracista será feito para tornar o ambiente escolar mais agradável para todos.

Nessa perspectiva, pode-se observar que a falta de apoio a intervenções eficazes na escola para melhorar o bem-estar dos alunos e reduzir a exposição e experiência do racismo agrava sua expressão. Muitas vezes, a figura adulta, por não conceber que as práticas racistas estão nas relações cotidianas da escola, busca negá-la (SANTOS, 2014). Outros procuram silenciar (CAVALLEIRO, 2005), por vezes, reforçando e naturalizando o racismo e as discriminações contra crianças negras.

Os relatos analisados neste estudo demonstram que as experiências de racismo contra crianças negras geram consequências muito preocupantes. Observamos que, por vezes, crianças negras são bastante afetadas quando elas próprias são vítimas diretas de racismo e discriminação, mas também quando elas observam um membro do seu grupo racial ser vítima. As crianças relataram viver uma rede de sentimentos e emoções (tristeza, medo, raiva, vergonha) potencialmente danosas ao bem-estar emocional, psicológico, físico e social. Em vista disso, defendemos que medidas antirracistas sejam urgentemente empreendidas pelas escolas, a fim de propiciar um ambiente saudável e produtor da cultura de reconhecimento das diferenças e do respeito. É fundamental, nesse sentido, que as escolas se tornem aliadas das crianças e assumam o compromisso de minimizar as influências ideológicas que perpetuam o racismo.

Por fim, reiteramos que a implementação da educação antirracista nas escolas pode ser mobilizadora e efetiva na mudança na superação da intolerância e do racismo (SOUZA, 2005). Destaca-se a importância da sensibilidade de todo o corpo escolar ao sofrimento causado por tantas formas de discriminações que tornam vítimas crianças, adolescentes e jovens negros, por apelidos depreciativos, ridicularização e violência. A escola precisa

proteger as crianças e criar condições para que nenhuma delas seja rejeitada, excluída, discriminada ou desvalorizada e para que nenhuma delas sinta medo, receio ou insegurança de estar presente no espaço escolar. Afinal, a escola é lugar de toda criança, a escola não é lugar de racismo.

REFERÊNCIAS

ABOUD, F. E. **Children and Prejudice**. Oxford: Basil Blackwell, 1988.

ALLPORT, G. **The nature of prejudice**. (3ª ed.) Wokingham: AddisonWesley, 1954.

ALMEIDA, S. L. de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

BÉCARES, L; NAZROO, J; KELLY, Y. A longitudinal examination of maternal, family, and area-level experiences of racism on children's socioemotional development: Patterns and possible explanations. **Social Science & Medicine**, Volume 142, October, 2015.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 24º ed., 2004.

BEZERRA, D. S.; SANTOS, F. O. P.; FERNANDES, S. C. S. Relações entre julgamento moral, racismo e empatia em crianças. **Cad. Pesqui. [online]**. 2018, vol.48, n.170, pp.1130-1147. ISSN 1980-5314. <https://doi.org/10.1590/10.1590/198053145156>.

BRASIL. Parecer CNE/CP n.º 3, de 10 de março de 2004: **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: CNE/MEC, 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf Acesso em: 21 de Agosto de 2018.

BONILLA-SILVA, E. **Racism without racists: Color-blind racism and the persistence of inequality in America** (4th ed.). Lanham, MD: **Rowman & Littlefield**, 2014.

CARVALHO, D. M. S.; FRANÇA, D. X. Estratégias de enfrentamento do racismo na escola: uma revisão integrativa. **Educação & Formação**, v. 4 n. 12 set/dez, 2019.

CARVALHO, M. Quem é negro, quem é branco: desempenho escolar e classificação racial de alunos. **Rev. Bras. Educ. [online]**. 2005, n.28, pp.77-95. ISSN 1413-2478. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782005000100007>. Acesso em: 25 out. 2018.

CAVALLEIRO, E. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: Racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. Introdução. In: BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

_____. O Processo de Socialização na Educação infantil: A Construção do Silêncio e da Submissão. **Rev. Bras. Cresc. Desenv. Hum.**, São Paulo, 9(2), 1999. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/jhgd/article/view/39447>. Acesso em: 20 out. 2018.

CONSTANTINE, M. G.; BLACKMON, S. K. Black adolescents' racial socialization experiences: Their relations to home, school, and peer self-esteem. **Journal of Black Studies**, 32, 322–335, 2002.

CHAGAS, L.; FRANÇA, D. X. Racismo, Preconceito e Trajetória Escolar de Crianças Negras e Brancas: A Realidade de Sergipe. **Anais**: relatório disponível pelo IV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade, ISSN 1982-3657, 2010.

Da COSTA-SILVA, K.; FRANÇA, D. X. Valores maternos e preconceito racial em crianças. **Psic. Rev.** São Paulo, volume 25, n.2, 395-414, 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/viewFile/28553/21358> Acesso em: 15 de jul. 2019.

FORD, K. R.; HURD, N. M.; JAGERS, R. J.; SELLERS, R. M. Caregiver experiences of discrimination and African American adolescents' psychological health over time. **Child Development**, 84(2), 485–499. doi:10.1111/j.1467-8624.2012.01864.x, 2013.

FRANÇA, D. X; MONTEIRO, M. B. Identidade racial e preferências e em crianças brasileiras de cinco e dez anos. In: **Psicologia**, Vol. XVI(2). Pp.293-323, 2002.

FRANÇA, D. X. A socialização e as relações interétnicas. In L. Camino, A. N.R. Torres, M. E. O. Lima, & M. E. Pereira (Orgs.), **Psicologia Social: Temas e Teorias** (2a ed., pp. 541-587). Brasília: Technopolitik, 2013.

_____. Discriminação de Crianças Negras na Escola. **Revista Interações**, vol. 13 n.º 45 (2017): Violência, discriminação e desigualdades / Artigos. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/9476>. Acesso em: 20 out. 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: **BRASIL. Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03**. Brasília, MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade, 2005. P. 39 - 62.

_____. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural?. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 40-51, Dec., 2002a.

_____. Educação e Identidade Negra. Aletria: **Revista de Estudos de Literatura**, 2002b.

HUGHES, D.; SMITH, E. P.; STEVENSON H.C.; RODRIGUEZ, J.; JOHNSON, D. J.; SPICER, P. Parents' Ethnic–Racial Socialization Practices: A Review of Research and Directions for Future Study. **Developmental Psychology**, 42 (5), pp. 747–770, 2006.

HUSBAND, T. “I Don’t See Color”: Challenging Assumptions about Discussing Race with Young Children. **Early Childhood Education Journal**, 39: 365, 2012. <https://doi.org/10.1007/s10643-011-0458-9>

LIMA, M. E. O; VALA, J. As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. **Estud. Psicol.** Vol.9 nº3. Natal Sep/Dec 2004a. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/epsic/v9n3/a02v09n3.pdf>. Acesso em: 10 set. 2018.

_____. Sucesso social, branqueamento e racismo. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 20(1), 11-19, 2004b.

MANSOURI, F.; JENKINS, L. Schools as sites of race relations and intercultural tension. **Australian Journal of Teacher Education**, 35(7), 93–108, 2010.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In **Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira**. Niterói: EDUFF, 2004.

_____. **Superando o Racismo na escola**. 2ª Ed. revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

OLIVEIRA, M. R. G. **O diabo em forma de gente: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Tese de doutorado, 2017.

ONU. Developing national action plans against racial discrimination: A practical guide. New York, Geneve, **United Nations Publication**, 2014.

PACHTER, L. M.; BERNSTEIN, B. A.; SZALACHA, L. A.; COLL, C. G. Perceived Racism and Discrimination in Children and Youths: An Exploratory Study. *Health & Social Work*, 35, 1, 61–69, 2010.

PEREIRA, C. R.; FRANÇA, D. X.; TORRES, A. R.; LIMA, M. E. O.; PEREIRA, M. E. Emoções na formação e no desenvolvimento dos preconceitos, em S. Gondim & E. Loiola (org). **Emoções, aprendizagem e comportamento social: Conhecendo para melhor educar nos contextos escolares e de trabalho**. Casa do Psicólogo, 2015.

PRIEST, N.; PARADIES, Y.; STEVENS, M.; BAILIE, R. Exploring relationships between racism, housing and child illness in remote Indigenous communities. *Journal of Epidemiology and Community Health*, 6(5), 440–447, 2012.

PRIEST, N.; PERRY, R.; FERDINAND, A.; PARADIES, Y.; KELAHER, M.. Experiences of Racism, Racial/Ethnic Attitudes, Motivated Fairness and Mental Health Outcomes Among Primary and Secondary School Students. *Journal of Youth and Adolescence*, 2014.

SANTOS, C. F. **Escola e preconceito : relações raciais na ótica dos professores**. 2014. 135 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

SOUZA, I. S. Trabalhando com o preconceito e a discriminação na sala de aula. Em D. J. Silva & R. M. C. Libório (Orgs.). **Valores, preconceito e práticas educativas**. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2005.

STEVENSON, H. C.; ARRINGTON, E. G. Racial/ethnic socialization mediates perceived racism and the racial identity of African American adolescents. *Cultural Diversity and Ethnic Minority Psychology*, 15(2), 125–136, 2009.

TAJFEL, H. **Differentiation between social groups: Studies in the social psychology of intergroup behavior**. Londres: Academic Press, 1978.

TATUM, B. D. Talking about race, learning about racism: The application of racial identity development theory in the classroom. *Harvard Education Review*, 62(1), 1–24, 1992.

Submetido em: 19 de outubro de 2019

Aceito em: 18 de janeiro de 2020